

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 48.562 - PA (2015/0143920-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : LEILA DO SOCORRO DA PAZ SANTOS
ADVOGADO : MÁRIO DAVID PRADO SÁ - PA006286
RECORRIDO : ESTADO DO PARÁ
PROCURADOR : ANTÔNIO CARLOS BERNARDES FILHO E OUTRO(S) - PA005717

DECISÃO

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, interposto por LEILA DO SOCORRO DA PAZ SANTOS, com fundamento no art. 105, II, **b**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que denegou a segurança postulada pela parte ora recorrente, nos termos da seguinte ementa:

"MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA TEMPORÁRIA. CARGO DE PROFESSORA. PLEITOS VISANDO A ORDEM PARA TORNAR SEM EFEITO DESCONTO NO SALÁRIO E PARA A PERCEPÇÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (TRIÊNIO). AUSÊNCIA DE PROVAS PRÉ-CONSTITUÍDAS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. À UNANIMIDADE.

1. O mandado de segurança observa em seu procedimento um rito sumário, que prima pela celeridade, não admitindo instrução probatória.
2. Assim, o direito deve estar comprovado pela inicial e pelos documentos que a instruem, não se admitindo a dilação probatória.
3. Segurança denegada. Decisão unânime" (fl. 64e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 68/70e), os quais restaram rejeitados (fls. 84/87e).

Nas razões do Recurso Ordinário, a parte ora recorrente sustenta, em síntese, o equívoco do acórdão regional e, conseqüentemente, a ilegalidade do ato apontado como coator, na medida em que o Tribunal estadual não observou a possibilidade de dilação probatória no âmbito do Mandado de Segurança, mormente com a previsão de emenda a inicial, de modo que desconsiderou documento comprobatório do tempo de serviço da impetrante para a concessão da segurança.

Por fim, requer "o provimento, reformando assim os Acórdãos ora

Superior Tribunal de Justiça

guerreados, até por que todas as provas foram devidamente pré-constituídas" (fl. 107e).

Contrarrazões a fls. 110/117e.

Em seu parecer (fls. 135/137e), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do Recurso Ordinário, nos termos da ementa a seguir:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. Servidor público. Professora. Contrato temporário. Pleito de percepção de adicional por tempo de serviço – triênio. Segurança denegada, sob o fundamento de ausência de prova pré constituída. Recurso ordinário em mandado de segurança. Razões de recurso que não lograram infirmar o fundamento do Acórdão atacado. A mera alegação de existência de prova pré constituída não afasta o fato de que a inicial foi instruída com documentos que não se prestam à comprovação do alegado direito líquido e certo à percepção do adicional por tempo de serviço. Recurso que não deve ser provido" (fl. 135e).

Com razão o Parquet Federal. A irresignação não merece prosperar.

Conforme se depreende da petição inicial do **mandamus**, o recorrente impetrou o presente remédio constitucional contra ato omissivo do Exma. Senhora Alice Viana Soares Monteiro, objetivando o pagamento de triênio, afirmando ter completado período aquisitivo, em razão de exercer há mais de uma década o cargo de professora de ensino médio, lotada na unidade da Secretaria de Educação.

O Tribunal de origem denegou a segurança sob os seguintes fundamentos:

"Versam os autos sobre mandado de segurança por meio do qual a impetrante, servidora pública na condição de temporária, professora de nível médio, visa compelir a autoridade coatora ao pagamento do Adicional por Tempo de Serviço - ATS.

Na petição inicial do presente mandamus (fls. 02/08), verifica-se que a impetrante requer a ordem para tornar sem efeito os descontos do seu quinto triênio, bem como que seja concedido o sexto triênio, observando-se o tempo de serviço público prestado ao ente estatal.

Da análise da documentação acostada aos autos, constata-se que a impetrante anexou à inicial mandamental, todavia, tão somente cópia do contracheque do mês de janeiro de 2014, de certificado de conclusão de curso em Letras, carteira de identidade e comprovantes de residência (v. fls. 10/13), e, em que pese o contracheque comprovar o vínculo com a Administração estadual, mesmo que em caráter temporário, inexistente comprovação nele de qualquer desconto do prefalado

Superior Tribunal de Justiça

quinto triênio.

Registro, ainda, que não é possível aferir qual a data inicial de contratação da impetrante pela Administração para exercer o cargo de professora junto à rede estadual de ensino, impossibilitando, com isso, deliberação acerca do reconhecimento do direito à percepção do adicional de tempo de serviço pleiteado.

Desse modo, vislumbro a ausência de direito líquido e certo da impetrante, por não haver demonstrado a veracidade dos fatos e fundamentos jurídicos relativos à tutela jurisdicional pretendida" (fl. 65e).

Com efeito, não obstante alegue a existência de prova pré-constituída, o fato é que a impetrante, Professora de nível médio, cujo vínculo com o Estado é de contrato temporário, instruiu a inicial tão somente com cópia do contracheque, emitido em fevereiro de 2014; do diploma de Letras; e do comprovante de residência, fls. 11/16; documentos que não se prestam à comprovação de seu direito líquido e certo à percepção do adicional por tempo de serviço.

Ademais, a juntada posterior de documento comprobatório do ingresso da autora na administração do Governo do Estado do Pará constitui providência inexecutável, consoante entendimento jurisprudencial firmado no âmbito desta Corte, no sentido de que "em Mandado de Segurança, no qual se exige prova pré-constituída do direito alegado, é inviável juntada posterior de documentos a comprová-lo" (STJ, AgRg no RMS 44.608/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/03/2014).

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO. ANISTIADO POLÍTICO. VALORES RETROATIVOS DA REPARAÇÃO ECONÔMICA. ILEGITIMIDADE ATIVA. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PRECEDENTES. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO-DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada

em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Os valores retroativos decorrentes de reparação econômica aos anistiados políticos militares têm caráter indenizatório e integram a esfera patrimonial do espólio após o óbito do anistiado. Não comprovando a nomeação do inventariante, nem o encerramento do inventário, resta, no caso, configurada a ilegitimidade ativa do impetrante, que postulou o direito, isoladamente, neste Mandado de Segurança.

III - A legitimidade dos impetrantes depende da comprovação da nomeação do inventariante ou do encerramento do processo de inventário, em que lhe teriam sido transmitidos os direitos à integralidade dos valores devidos ao falecido anistiado político a título de reparação econômica, afastando expressamente o direito dos demais herdeiros necessários.

IV - Ineficaz a juntada da certidão de casamento, uma vez que em Mandado de Segurança se exige prova pré-constituída do direito alegado, restando inviável juntada posterior de documentos a comprová-lo. Precedentes.

V - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Honorários recursais. Não cabimento. VII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VIII - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no MS 24.176/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/12/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OMISSÃO. JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS. PRETENSÃO DE REEXAME DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da

publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Consoante jurisprudência cediça no âmbito da 1ª Seção desta Corte, na ação mandamental é imprescindível a comprovação do direito invocado mediante prova pré-constituída, contemporânea à petição inicial, não se admitindo a juntada posterior de documentos.

III - A fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada, pelo que ausente pressuposto a ensejar a oposição de embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

IV - Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg no MS 20.269/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/09/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE DEMISSÃO. SEGURANÇA DENEGADA. PRETENSÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS SUPOSTAMENTE NOVOS APÓS A CONCLUSÃO DO JULGAMENTO DO MANDAMUS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AUSÊNCIA DE PLEITO RELATIVO À PROVIDÊNCIA DO ART. 6º, § 1º, DA LEI 12.016/2009. PRETENSÃO DE NOVO REEXAME DO JULGADO COM BASE EM SUPOSTOS DOCUMENTOS NOVOS. INADMISSIBILIDADE. VÍCIO DE CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. INDEFERIMENTO DA JUNTADA DE DOCUMENTOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

(...)

3. Tradicionalmente o STJ admite a interposição de embargos de declaração para a correção de "erro de fato", quando este constitua premissa fática equivocada sobre a qual se erigiu o acórdão impugnado. Precedentes.

4. DA PRETENSÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS SUPOSTAMENTE NOVOS: 4.1. É firme o entendimento no

âmbito do Supremo Tribunal Federal e do STJ no sentido de que, diante da natureza célere do mandado de segurança, o qual não comporta dilação probatória, bem como tendo em vista que o direito líquido e certo é aquele que se apresenta manifesto de plano, desde a impetração, impondo-se a comprovação do direito líquido e certo invocado mediante prova pré-constituída, contemporânea à petição inicial, não se admitindo a juntada posterior de documentos a fim de comprovar o direito alegado, ainda que se tratam de documentos que estavam em poder de autoridade e acerca dos quais a parte não teve acesso. Precedentes.

4.2. In casu, caso os documentos agora acostados aos autos fossem de fato indispensáveis à comprovação do direito líquido e certo sustentando pelo impetrante, mesmo que se encontrassem em poder da autoridade administrativa que recusava a fornecê-los, competia ao impetrante socorrer-se da providência prevista no § 1º do art. 6º da Lei 12.016/2009, o que não aconteceu na espécie, evidenciando-se que o impetrante pretende agora juntar outros documentos aos autos, consubstanciados na cópia integral dos PAD's 00400.015195/2003-31 e 00190.011335/2003-14, ao fundamento de que se tratam de documentos novos, unicamente no intuito de obter a revisão das conclusões do acórdão embargado no que tange ao afastamento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar, o que revela-se inadmissível, haja vista que o julgamento já foi concluído e deu-se com base nas provas pré-constituídas acostadas à inicial, e o impetrante deixou de postular pelas diligências previstas no art. 6º, § 1º, da Lei 12.016/2009.

4.3. **"Não cabe protestar pela juntada de documentos novos na estreita via do mandado de segurança pois, ainda que os documentos estivessem em poder da Administração Pública, caberia ao impetrante requerer na petição inicial a sua apresentação, nos termos do art. 6º, § 1º da Lei n. 12016/2009. Recurso ordinário improvido".** (RMS 33.824/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2011, DJe 01/06/2011).

(...)

8.2. Embargos de Declaração rejeitados" (STJ, EDcl no MS 15.828/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 19/12/2016).

Desse modo, ausente ilegalidade ou abuso de poder no ato acoimado de

Superior Tribunal de Justiça

coator, não há que se falar em direito líquido e certo a amparar a pretensão autoral, o acórdão recorrido não merece reparos, por estar em sintonia com o entendimento dominante desta Corte, a atrair, a incidência, na espécie, da **Súmula 568/STJ**, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **b**, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao presente Recurso Ordinário.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

